

La pluriactividad en el campo latinoamericano

FLACSO - biblioteca

Hubert C. de Grammont y
Luciano Martínez Valle, Coordinadores

La pluriactividad en el campo latinoamericano

FLACSO - Biblioteca



FLACSO
ECUADOR

BIBLIOTECA - FLACSO - ECUADOR

Fecha: 10. (abril) 2009

Compra: _____

Proceder: _____

C. _____

E. _____

1234
56789

REG. 24180
CLT. 2009
BIBLIOTECA - FLACSO

© De la presente edición:

FLACSO, Sede Ecuador
La Pradera E7-174 y Diego de Almagro
Quito-Ecuador
Telf.: (593-2) 323 8888
Fax: (593-2) 323 7960
www.flacso.org.ec

ISBN: 978-9978-67-195-5
Cuidado de la edición: María Eugenia Paz y Miño
Diseño de portada e interiores: Antonio Mena
Imprenta: RisperGraf C.A.
Quito, Ecuador, 2009
1ª. edición: enero de 2009

Índice

Presentación	7
Introducción	9
<i>Hubert C. de Grammont</i> <i>Luciano Martínez Valle</i>	
Actividades agropecuarias en el campo peruano: ¿reforzamiento duradero o punto de quiebre?	19
<i>Augusto Cavassa, Evelyne Mesclier</i>	
Pluriactividad: funciones y contextos. Preguntas teóricas y análisis de dos zonas frutícolas del Alto Valle rionegrino	51
<i>Mónica Bendini, Miguel Murmis, Pedro Tsakoumagkos</i>	
La pluriactividad entre los pequeños productores rurales: el caso ecuatoriano	81
<i>Luciano Martínez Valle</i>	
Empresas rurales no agrícolas en República Dominicana	103
<i>Pedro Juan del Rosario</i>	
Incursión ocupacional rural en escenarios no agrícolas y urbanos: tendencias y desafíos	127
<i>Marlon Javier Méndez Sastoque</i>	
População e espaço rural num grande centro urbano: o caso de Campinas	145
<i>Luzia A. Conejo G. Pinto</i>	

La pluriactividad rural a debate	171
<i>Patricia Arias</i>	
La pluriactividad en el medio rural brasileño: características y perspectivas para la investigación	207
<i>Sergio Scheneider</i>	
Pluriactividad e ingresos familiares en el área rural de Bolivia	243
<i>Wilson Jiménez y Susana Lizárraga</i>	
La nueva estructura ocupacional en los hogares rurales mexicanos	273
<i>Hubert C. de Grammont</i>	

População e espaço rural num grande centro urbano: o caso de Campinas

Luzia A. Conejo G. Pinto

Este trabalho aborda o meio rural do município de Campinas, estado de São Paulo, Brasil, procurando acompanhar as suas transformações mais recentes, tendo como foco a sua população residente e os usos e ocupações de seu território.

Busca-se conhecer a configuração socioespacial do meio rural contemporâneo campineiro, ao mesmo tempo em que se verifica as atividades e ocupações de sua população, assim como os arranjos domiciliares adotados para garantir a sua reprodução social. Em 2000 esse meio possuía 16 178 habitantes, o que correspondia a 1,7% da população do município.

As limitações da dicotomia rural/urbano para explicar as transformações mais recentes ocorridas no campo, associadas à degradação das condições de vida nos grandes centros urbanos, ao aumento da violência e às preocupações ambientais, reintroduziram o rural como tema atual e importante.

Atualmente não é tarefa fácil definir o que é o meio rural, na medida em que este dissociou-se da agropecuária. O meio rural já não pode mais ser identificado exclusivamente pela atividade agropecuária. A consequência mais relevante é a diversificação do uso e da ocupação do seu território, que passa a se vincular também aos demais setores da economia. Assim, outras dinâmicas interagem com a dinâmica agrícola. E o papel da agricultura das áreas rurais passou a ser redefinido como base econômica e social. Novos segmentos sociais surgiram para participar deste reordenamento do território rural (Marsden 1995).

Já não se pode mais caracterizar o meio rural brasileiro, então, como estritamente agrário. Nessa conjuntura, constata-se o aparecimento e crescimento de um certo número de atividades não agrícolas, demonstrando que o meio rural adquiriu novas funções e tipos de ocupações (Graziano Da Silva 1999).

As atividades não agrícolas incluem uma gama variada de atividades ligadas à moradia, ao lazer, à prestação de serviços e à indústria e que vem crescendo de forma surpreendente. Esse crescimento está diretamente ligado a dinâmicas urbanas e representa a denominada “urbanização do campo” (Graziano Da Silva 1999).

Parte destas atividades não agrícolas resultaram da redescoberta do rural por novos segmentos sociais urbanos na busca de uma segunda moradia, lazer, turismo, etc. Outros segmentos apresentam-se aí, relacionados às preocupações com a preservação da natureza, da paisagem e do meio ambiente.

Para a população rural, as atividades não agrícolas representam a oportunidade de obtenção de renda fora da agropecuária, onde o emprego tem tendência declinante. Dentre os reordenamentos do território rural e os novos arranjos da população envolvida nestes processos destaca-se a presença da família pluriativa (Graziano Da Silva 1999). Não há um consenso sobre o conceito de pluriatividade, mas adota-se aqui o apresentado na exaustiva revisão realizada por Kageyama (1998).

...Pluriatividade refere-se à combinação de atividades por indivíduos ou famílias – em diferentes setores, portanto diferentes mercados, da economia; para o que nos interessa, no entanto, restringiremos o ‘conceito’ para o caso em que um desses setores seja a agricultura (Kageyama 1998:524).

A pluriatividade foi uma das formas encontradas pelas famílias agrícolas para aumentar as suas rendas sem abandonar a propriedade rural e/ou a sua atividade original.

Para os segmentos sociais participantes deste reordenamento do rural surgiram condições facilitadoras. Com o desenvolvimento das comunicações e meios de transporte a relação rural/urbano intensificou-se e as distâncias e o tempo passaram a ter significados diferentes. As possibilidades

de deslocamento das pessoas se alteraram, verificando-se uma freqüência muitas vezes diária, que resulta, às vezes, no conhecido “commuting”. Há uma intensificação da circulação das pessoas. Nesses processos de interação, as trocas entre rural e urbano vem se alterando. Embora este fenômeno pareça ocorrer em todo o país, ele é mais visível nos espaços próximos a uma economia mais dinâmica e a um mercado de trabalho com maiores opções.

As redefinições que vêm acontecendo no rural já permitem constatar duas novas características: ele é multisetorial e multifuncional. Multisetorial por estar incorporando em seu território, além da tradicional agropecuária, diversas atividades como os serviços, o turismo, a indústria. Multifuncional na medida em que vem adquirindo novas funções como local de residência e de preservação da natureza, além de manter a de produção, que o identificou originalmente. O rural se diversificou e ficou mais complexo.

Dadas às transformações pelas quais vem passando, o meio rural brasileiro foi denominado por Graziano Da Silva (1999) de “novo rural”.

Na realidade, o que se caracteriza efetivamente como ‘novo’ no meio rural brasileiro são as novas atividades agrícolas e as dinâmicas não agrícolas originadas de famílias urbanas que passaram a freqüentar regularmente o campo para fins de lazer (chácaras de recreação) e/ou como segunda residência, e dos bens e serviços relacionados ao turismo e lazer no meio rural (Graziano Da Silva 2000:24).

Dado que o rural é um objeto conceitual, abstrato, embora construído sobre uma base material, necessita ser contextualizado no tempo e no espaço, com suas características.

O meio rural apresentou diferentes formas nos diversos momentos de seu processo de desenvolvimento histórico. Este não é um conceito e uma realidade a-históricos, eis porque precisa ser revisto e analisado em cada momento e realidade concreta. Na medida em que se está, evidentemente, passando por um período de grandes transformações de toda a sociedade, é complexa a tarefa de identificar o rural enquanto objeto de estudo.

Tanto é difícil definir rural e urbano, face às transformações que vem ocorrendo nas relações cidade/campo, quanto entender a diversificação dos grupos sociais que passaram a atuar no espaço rural, seja direta ou indiretamente. Novos atores surgiram, conflitos se estabeleceram e diferentes representações se construíram sobre determinada base físico-territorial, com outros usos e atividades. Neste trabalho, o rural será abordado enquanto espaço territorial que se diversificou quanto a suas atividades e cuja população interage mais diretamente com economias e mercado de trabalho urbano mais próximo... “parece clara a idéia de que o rural é uma categoria espacial que independe, para sua definição, da exclusividade ou predominância da atividade agrícola, embora quase sempre esta ainda represente a maior parte de seu produto e de seus empregos” (Kageyama 1998:529).

Entre os demógrafos, reconhece-se que a abordagem tradicional para classificar e estudar as tendências da urbanização a partir da dicotomia rural/urbano perdeu a sua relevância. As transformações dos assentamentos humanos produziram muitas diferenciações que vão muito além do recorte rural/urbano.

O espaço ganha dimensão especial. Segundo eles, é cada vez mais importante considerar o contexto espacial mais amplo no qual se insere a população estudada, o local em que vive e trabalha. Portanto, o entorno de sua realidade existencial tem cada vez maior significado. Sugere-se um esforço de buscar novas formas para captar e entender esses processos.

Alertam também para o fato de que o rural não pode ser tomado de forma indiferenciada. Considera-se que há variações entre áreas, mesmo quando pertencentes a uma mesma categoria. Reconhecem, no entanto, que o território rural ainda é considerado residual nos sistemas censitários.

It is on this basis that urban-rural distinctions have become a fundamental part of census systems across the world. At one time if not currently, virtually all countries have designed urban areas, treating the remainder of their territory as a rural residual. (Champion e Hugo 2004:9).

A proposta é de que as classificações dos assentamentos utilizados pelas agências estatísticas e as pesquisas demográficas sejam revistas.

Em artigo preparado em função da Conferência Mundial sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), Abramovay e Sachs discutem a

contribuição que o mundo rural poderia ter para atenuar o agravamento dos problemas das cidades. Preocupados em não ser mal interpretados, procuram deixar claro que não propõem nem uma “volta ao campo” nem uma “fixação do homem ao campo”, alternativa que consideram conservadora. Mas ressaltam que a saída do campo não garante, automaticamente, o acesso às condições mínimas tidas como inerentes à vida urbana. Chamam a atenção

...para a existência de uma urbanização espúria que, cada vez menos, mostra-se capaz de assegurar àqueles que são atraídos por ela as condições mínimas do que representa a vida civilizada. É neste contexto que, sem ter a pretensão de resolver os imensos problemas urbanos, o meio rural pode contribuir de maneira importante para atenuar a tendência evidente a seu agravamento (Abramovay e Sachs 1995:13).

Ainda segundo eles, valorizar o campo não significa, necessariamente, rejeitar as possibilidades dinamizadoras das cidades. O que propõem são novas configurações das relações entre a cidade e o campo. E somente assim é que ... “o meio rural poderá representar mais que um reservatório onde ficam os que ainda não tiveram a oportunidade de realizar a aventura da vida urbana” (Abramovay e Sachs 1995:11).

A adoção da perspectiva de que uma das alternativas para um desenvolvimento mais equilibrado e equitativo passa pela revisão das relações entre a cidade e o campo representa um avanço na forma tradicional de pensar o rural e o urbano.

Por outro lado, as cidades têm de ser colocadas no espaço rural a que pertencem. Desta maneira, seria correto falar em espaço local que em espaço urbano. Empolgado com sua recente urbanização, o ser humano esquece a que ponto está vinculado ao campo que cerca as cidades e que um elemento essencial do desenvolvimento urbano será a reconstrução da relação cidade-campo, não mais a partir do campo, na visão clássica da reforma agrária, mas a partir da própria cidade. (Dowbor 1995:8).

A questão resultante é saber se esta abertura do campo à cidade e o estreitamento dos laços entre ambos se darão de forma construtiva e inte-

rativa ou se acarretarão na desagregação completa do universo rural. Em outras palavras: no futuro seremos todos cidadãos urbanos?

Neste trabalho o rural é abordado como categoria espacial, conforme definido anteriormente, considerando-se este uma parte integrante do todo maior que é o município. O campo e a cidade são os seus componentes interdependentes, em constante interação. No entanto, a análise é sempre realizada de uma perspectiva do meio rural.

Apesar deste trabalho pertencer a uma escala micro, na medida em que é um estudo de caso, procura-se integrar a análise às escalas mais amplas em que este município está inserido. É sempre contextualizado nos processos socioeconômicos, políticos e culturais desenvolvidos nos níveis estadual, regional, nacional e mundial.

O estudo parte, porém, de dados obtidos através dos critérios do IBGE. Isto é, toma-se como rural a área externa ao perímetro urbano, considera-se como população rural aquela que reside neste território.

O município de Campinas foi a área selecionada para este estudo. Localiza-se no leste do Estado de São Paulo, Brasil, numa das regiões mais desenvolvidas do país. É um pólo tecnológico avançado, educacional, entroncamento (rodoviário e aéreo) do sistema de transportes, e também integrante da terceira mais importante meso-região agropecuária do Estado de São Paulo, em termos do valor da produção e da ocupação de mão de obra (Graziano Da Silva 2000). Além disso, mantém perto de 50% de seu espaço físico como área rural. Desde julho de 2000, através da Lei Complementar Estadual No. 870/2000, é a sede da RMC (Região Metropolitana de Campinas). Parte-se do pressuposto de que as transformações do rural contemporâneo estão mais evidentes num município com as suas características.

Do ponto de vista espacial, o rural e o urbano são territórios contíguos cujos limites muitas vezes se evidenciam pela alteração da paisagem. Nem sempre os limites político-administrativos coincidem exatamente com os limites físico-territoriais, mas ficam por conta das exceções e pelo retardo do poder público em acompanhar as alterações do uso de seu solo. Além de contíguos, são espaços extremamente inter-relacionados e interdependentes, seja do ponto de vista econômico, social, cultural e/ou político. Embora essa ligação remonte às suas origens, ela se intensifica na medida

em que os avanços dos meios de comunicação e transporte se acentuam e são disponibilizados para camadas crescentes da população. E, particularmente no caso do rural, é cada vez mais importante dar atenção às situações de acessibilidade ou distanciamento dos centros urbanos. Essa acessibilidade refere-se não somente ao mercado de trabalho, mas aos demais serviços como saúde, educação, etc. Reconhece-se cada vez mais a importância do contexto espacial dos territórios e de seu entorno na vida e no comportamento da população (Champion e Hugo 2004).

A partir do momento em que a agricultura foi deixando de ser o elemento identificador do meio rural, o seu território foi incorporando outros usos e ocupações. O espaço rural foi adquirindo uma nova configuração espacial, que está ainda em definição, e é o que se procura desvendar neste trabalho. Apesar de ser um processo relativamente recente, já é possível visualizá-lo. No entanto, por estar em transformação, há muitas indefinições e os prognósticos seriam prematuros. O embate das forças sociais presentes e a forma de gestão dos interesses em jogo terão um papel crucial nos desdobramentos futuros e na definição das alternativas para os possíveis cenários desse rural e do próprio município.

O espaço rural contemporâneo

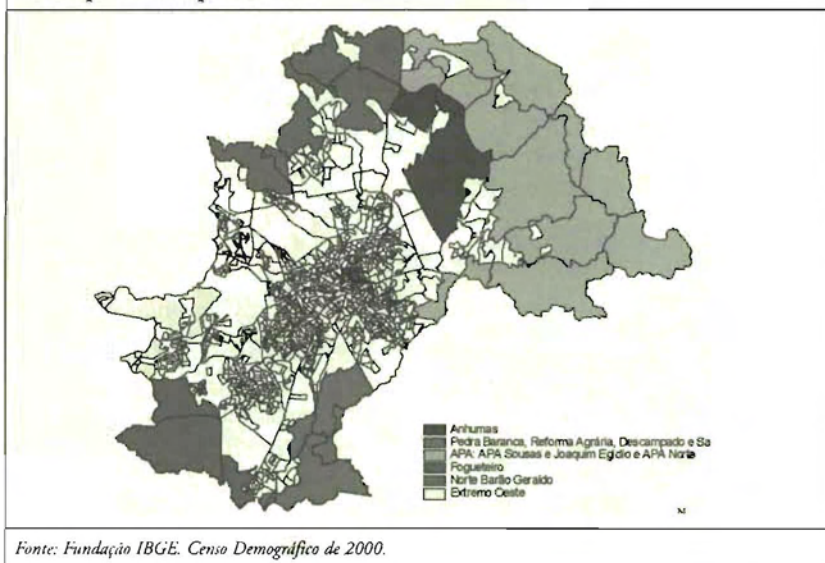
A atual configuração do espaço territorial rural de Campinas já expressa as transformações apontadas pelos estudiosos do tema. Resultado de um processo recente, em gestação, não é conclusivo, mas já apresenta não só as alterações mais consolidadas, como também as que ainda estão emergindo, revelando componentes que poderão permanecer ou desaparecer. Isto é, a evolução deste processo é que apontará o que é apenas transitório e o que será estrutural.

Foram identificados os elementos componentes do espaço rural de Campinas, não mais uma realidade homogênea. Ele diversificou-se quanto aos seus usos e ocupações. No entanto estes não se distribuem uniformemente pelo território. O rural de Campinas revelou-se heterogêneo e identificou-se diversos rurais.

O que são esses rurais? São regiões com certo grau de coerência interna, certa homogeneidade, que as tornam singulares. A identidade destas regiões é dada por dois elementos: uma configuração físico-geográfica e os usos e as ocupações praticados por sua população residente.

Foram identificados seis rurais: 1-Fogueteiro e Friburgo; 2-Pedra Branca, Saltinho, Descampado e Bairro Reforma Agrária; 3-Anhumas; 4-Norte de Barão Geraldo; 5-APA (Área de Proteção Ambiental); 6-Extremo Oeste Pôde-se assim verificar que este extenso rural de Campinas é ocupado de formas diversificadas tanto do ponto de vista de suas atividades como da organização das mesmas, configurando-se através de espaços distintos entre si (Mapa 1).

Mapa 1. Os rurais de Campinas
Município de Campinas, 2000



Têm-se assim as regiões 1 e 2 com função produtiva baseada na pequena produção agropecuária familiar, com significativa participação na economia municipal, além de sua importância social, ao garantir trabalho e residência para a sua população.

A região da APA tem a importante função de conservação do patrimônio hídrico do município, dos recursos naturais ainda existentes e de seu patrimônio arquitetônico do período do café.

Todas as demais, apresentam características próprias, mas a mescla das situações resulta numa identidade mais difusa. O caso limite encontra-se na região extremo-oeste, onde parece questão de tempo o fim do rural.

Constata-se assim a multifuncionalidade do rural, uma de suas novas características. A dimensão multisetorial também foi encontrada através da presença da agropecuária, da indústria, dos serviços. Essas situações expressam características já mais definidas, e estruturais.

De formas distintas, o processo de urbanização faz-se presente em todas as regiões e se manifesta pelo desenvolvimento das atividades não agrícolas, mas também através de sua forma mais perversa que é a especulação imobiliária.

Confirma-se para Campinas a presença do que vem sendo chamado de “novo rural”, assim como a sua heterogeneidade (Pinto 2006). As questões que se colocam são as seguintes:

- a nova configuração socioespacial do rural está caminhando para adquirir uma identidade própria, nova e peculiar? ou
- as mudanças recentes revelam simplesmente uma transição face a um inexorável avanço da urbanização, que incorporará as áreas rurais do município?

A população rural de Campinas

Face às transformações acima apontadas o que ocorreu com as ocupações e as atividades da população residente deste rural? É o que se apresenta a seguir assim como os arranjos domiciliares adotados para responder as mudanças em curso.

A distribuição da população com mais de 10 anos, entre 1980 e 2000, segundo o setor de atividade revela que a agropecuária ainda é o setor mais importante entre a população ocupada residente no espaço rural

(30% em 2000). Daí a necessidade de se ressaltar a sua relevância, seja do ponto de vista social, econômico, ambiental, etc. (Tabela 1).

Setor de Atividade	Rural			Urbano		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Agropecuária	17,7	38,3	30,4	0,8	0,9	1,0
Extração Mineral	0,4	1,4	0,2	0,1	1,8	0,0
Indústria	39,8	22,5	20,7	38,2	31,2	24,3
Serviços	25,4	23,6	20,7	28,3	29,4	20,0
Comércio	8,4	6,4	9,6	13,1	15,0	18,5
Serviços Sociais	3,5	2,2	5,8	10,7	13,0	17,7
Administração Pública	2,9	1,3	1,4	4,2	4,1	3,8
Outros	1,8	4,3	11,1	4,5	4,5	14,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

Quando se pensa na perspectiva de um maior equilíbrio socioeconômico e ambiental do município é importante considerar a atividade agropecuária. Esta atividade não produz apenas bens econômicos, mas também sociais como a geração de empregos, moradia e alimentos. Além disso, mantém uma população como guardiã da natureza e dos recursos naturais, que necessitam ser conservados para as gerações futuras.

A presença da agricultura traz consigo, ainda, a opção de moradia e a possibilidade do exercício de outras atividades, no rural ou no urbano, para aqueles que buscam por outras ocupações, mas mantém seus vínculos com a propriedade rural. É uma forma de buscar renda fora da agricultura, mas manter uma vida assentada no meio rural. A agropecuária possibilita a alternativa da pluriatividade.

Entretanto, conforme revelou o trabalho de Kageyama (2004) no estado de São Paulo a população ocupada na agricultura vive majoritariamente em áreas urbanas. E Campinas confirma os resultados encontrados por esta autora, e que serão apresentados no item final.

Os setores industrial e de serviços, em 2000, ocuparam a mesma posição, secundária em relação à agropecuária.

Em 2000, a população rural que trabalhava ou estudava em outro município era de 1134 habitantes (7%), revelando que a integração econômica da Região Metropolitana de Campinas inclui a sua população rural. Cerca de 50% deste fluxo intermunicipal ia entre Valinhos (32%) e Monte Mor (21,2%).

Em ordem decrescente, colocaram-se como destinos da pendularidade, Jaguariúna (8,3%), Morungaba (7,7%), Hortolândia e Paulínia (6%), municípios circunvizinhos. Uma parte desse movimento se direcionava para fora da Região Metropolitana de Campinas: São Paulo e Piracicaba. Esta migração pendular, reveladora da articulação entre a população rural com outros municípios é mais um indício das diversas dinâmicas do rural. Nas entrevistas, apresentadas no item seguinte, foi possível captar não só as diversas formas dessa articulação, assim como algumas motivações das mesmas.

Já as posições dos setores de atividades expressam as transformações apresentadas anteriormente, sobre o uso e ocupação do rural, assim como a intensificação da relação rural/urbano. Ao mesmo tempo em que atividades não agrícolas passaram a se desenvolver no rural, parte da população rural também tem passado a exercer atividades na cidade, seja em Campinas ou nos municípios mais próximos.

Na busca de elementos sugestivos de alguma convergência entre os setores de atividade da população ocupada rural e urbana, o que se verificou foi que na cidade há uma maior pulverização das ocupações quanto aos setores de atividades, com uma porcentagem razoavelmente equilibrada entre a indústria, os serviços, o comércio e os serviços sociais. No rural, a diversificação é bem mais restrita, onde ainda se destaca a agricultura. Isto é, o campo e a cidade de Campinas ainda guardam significativas diferenças quanto às ocupações de seus residentes quando consideradas em relação aos seus setores de atividades.

Os arranjos domiciliares

Na medida em que o espaço rural passou a se configurar como multise-torial e multifuncional, uma das conseqüências mais diretas foi à diferenciação de sua população residente quanto às suas ocupações e atividades. Estas transformações vêm resultando na adoção de variados arranjos domiciliares, com a finalidade de compatibilizar as alterações das atividades de seus membros.

Buscou-se então uma classificação dos tipos de domicílios, segundo a ocupação principal de seus membros economicamente ativos. Adotando este critério, os domicílios foram classificados em três tipos: agrícolas, não agrícolas e pluriativos.

Foram considerados agrícolas aqueles onde todos os membros economicamente ativos exerciam atividade agropecuária. Os não agrícolas foram os domicílios onde todos exerciam atividade não agrícola. E os pluriativos aqueles onde pelo menos um de seus membros ativos exercia atividade agrícola e pelo menos um membro exercia também atividade não-agrícola.

No período de 1980 a 2000 verificou-se que mais de 50% dos domicílios rurais eram não agrícolas e, em 2000, correspondiam a 61,6% dos mesmos. Por outro lado, os domicílios agrícolas foram 20% em 2000, o que representou um declínio em relação a 1991. A pequena participação dos mesmos, em 1980, reflete a contagem de população urbana, residente em áreas rurais, o que superestimou os domicílios não agrícolas. A porcentagem dos pluriativos cresceu e aproximou-se dos agrícolas, chegando a 18% em 2000 (Tabela 2).

Esses resultados são coerentes com as transformações que os estudos vêm apontando sobre o rural, referentes ao crescimento das atividades não agrícolas e a urbanização do campo. No caso de Campinas o que também se pode constatar mais uma vez, é que, apesar do declínio da agropecuária, ela vem mantendo uma participação importante (quase 40% dos domicílios).

Em termos percentuais, a presença dos domicílios urbanos relacionados à agropecuária é inexpressiva. Porém, ao se olhar para os números absolutos, e contrapô-los aos do rural, percebe-se que é fundamental con-

Tabela 2 - Tipos de domicílio, segundo ocupação principal de seus moradores rural e urbano

Município de Campinas, 1980 - 1991 - 2000						
Tipo Domicílio	1980		1991		2000	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Agrícola	14.1	0.4	28.4	0.5	20.2	0.5
Ñao Agrícola	79.3	98.7	56.9	98.5	61.6	98.5
Plurativos	6.6	1.0	13.7	1.0	18.2	1.0
Total	140 638	120 036	5 087	184 326	3 360	197 022

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

siderá-los. O número deste tipo de domicílio, localizado na área urbana, não só cresceu, como é expressivamente superior ao número encontrado na área rural. Em 2000, tinha-se 3042 domicílios urbanos relacionados à agropecuária e somente 1291 no rural.

Quando se observa a participação da população economicamente ativa agrícola (PEA agrícola), o predomínio também ficou com os trabalhadores da cidade. Em 2000, encontrou-se 3286 trabalhadores ocupados com agricultura no urbano e 1833 no rural. Isto é, a maior parte da PEA ligada ao setor agropecuário, em 2000, estava residindo na cidade. A diferença foi que no rural, em 2000, tinha-se um número semelhante de domicílios agrícolas e pluriativos e, no urbano, o número dos domicílios pluriativos é significativamente superior aos agrícolas (Tabela 3). Esses dados são coerentes com o trabalho de Kageyama, 2003. No entanto, não se deve desconsiderar que, apesar do peso dos residentes urbanos na PEA agrícola ser grande, ele é insignificante para a população urbana.

Tabela 3 – PEA agrícola segundo o tipo de domicílio

Município de Campinas, rural e urbano, 1991						
Tipo Domicílio	No. Domicílios	%	PEA	%	PEA Agrícola	%
Rural Agrícola	1496	29.4	3 295	32.6	3 295	85.5
Rural Não Agrícola	2 893	56.9	5 053	50.0	0	0.0
Rural Plurativo	699	13.7	1 753	17.4	560	14.5
Total Rural	5 087	100.0	10 100	100.0	3 855	100.0
Urbano Agrícola	910	0.5	2 077	0.6	2 077	79.1
Urbano Não Agrícola	181 564	98.5	356 314	98.5	0	0.0
Urbano Plurativo	1 851	1.0	3 216	0.9	548	20.9
Total Urbano	184 326	100.0	361 606	100.0	2 625	100.0
Total de Ocupados na Agricultura					6 480	

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1991.

Tabela 3.1 – PEA agrícola segundo o tipo de domicílio

Município de Campinas, rural e urbano, 2000						
Tipo Domicílio	No. Domicílios	%	PEA	%	PEA Agrícola	%
Rural Agrícola	678	20.2	1 625	25.9	1 625	88.7
Rural Não Agrícola	2 070	61.6	3 763	60.0	0	0.0
Rural Plurativo	613	18.2	886	14.1	208	11.3
Total Rural	3 360	100.0	6 274	100.0	1 833	100.0
Urbano Agrícola	1 002	0.5	2 187	0.6	2 187	66.6
Urbano Não Agrícola	193 979	98.5	386 377	98.6	0	0.0
Urbano Plurativo	2 040	1.0	3 258	0.8	1 099	33.4
Total Urbano	197 022	100.0	391 822	100.0	3 286	100.0
Total de Ocupados na Agricultura					5 119	

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000

Estes elementos acima analisados resultam num intenso fluxo de trabalhadores entre o rural/urbano municipal, com sentido de mão dupla, em função de suas ocupações.

Fazem parte deste fluxo representantes de diversos segmentos sociais e com diferentes ocupações. Muitos são empregados permanentes, como os caseiros, que moram na cidade. Isto ocorre ou porque o empregador prefere não tê-los como moradores, mas também porque a residência na cidade facilita a oportunidade de emprego para esposa e para os filhos maiores. Outros são os proprietários ou profissionais mais qualificados.

Este é mais um elemento que aponta para a superação da tradicional abordagem dicotômica, mesmo quando considerada circunscrita a uma unidade administrativa municipal. Particularmente num município com as características de Campinas e sua região, essa dicotomia, além de insuficiente, dificulta avanços para se pensar alternativas de desenvolvimento para o mesmo. Por outro lado não é demais insistir que a perspectiva unilateral e restrita dos estudos sobre a urbanização também não contribui para esses avanços.

Em seguida, verificou-se as variações que vêm ocorrendo nestes domicílios quanto à renda média do trabalho principal de seus membros.

Quanto à renda, os resultados dos domicílios rurais não são coerentes com a maioria dos resultados dos estudos de pluriatividade e das atividades não agrícolas (NEA/IE/Unicamp, Projeto RURBANO¹, 2006). Relatórios e trabalhos do Projeto RURBANO cobriram vários estados tanto através de pesquisas de campo como de dados das PNADs.

Nesses estudos, por exemplo, constata-se que a renda média dos domicílios pluriativos e não agrícolas supera a renda média dos domicílios agrícolas.

No caso de Campinas, a Tabela 4 mostra que nos domicílios rurais a renda média do trabalho principal dos domicílios não agrícolas foi bem maior que a dos agrícolas. Mas isto não se verificou para os pluriativos, que apresentam a menor renda média.

1 É o Projeto Temático "Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/95" que contou com financiamento parcial da FAPESP e do PRONEX e que pretendia analisar as transformações recentes no meio rural em onze unidades da federação (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e DF). Foi executado pelo Núcleo de Estudos Agrários do Instituto de Economia da Unicamp.

Tabela 4 – Renda Média do trabalho principal em salários mínimos deflacionada para janeiro 2002 segundo o tipo de domicílio

Município de Campinas, rural e urbano, 1980 - 1991 -2000			
Tipo Domicílio	1980	1991	2000
Rural Agrícola	2.2	2.9	2.4
Rural Não Agrícola	2.8	2.9	4.1
Rural Pluriativo	1.5	1.8	2.0
Urbano Agrícola	7.6	5.8	6.5
Urbano Não Agrícola	4.9	5.0	5.7
Urbano Pluritarivo	2.5	2.7	3.5

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000 de 1980, 1991 e 2000.

* renda deflacionada (Índice deflação do IPEA) para janeiro de 2002.

Nos domicílios urbanos, os resultados foram mais discrepantes dos que foram obtidos nos estudos sobre pluriatividade. No urbano campineiro, os domicílios agrícolas foram os que obtiveram a renda média máxima (6,5 S.M.) enquanto os pluriativos ficaram no patamar mínimo.

Quais seriam as possíveis explicações para Campinas?

Duas linhas de explicação foram investigadas como a possibilidade de erro amostral e a presença de uma proporção maior de pessoas com rendimentos nulo nos domicílios.

Descartadas estas explicações de fundo metodológico, buscou-se novas explicações. As discrepâncias dos resultados encontrados deve-se a outras razões. Outra hipótese é que seriam as ocupações dos residentes nos domicílios em questão que responderiam pelos inesperados resultados encontrados para a renda média dos mesmos.

Em 2000, no caso dos 613 domicílios rurais pluriativos, onde residiam 886 trabalhadores, 76,5% deles exerciam ocupações não agrícolas e apenas 23,5% exerciam atividades agrícolas.

Dentre os 208 trabalhadores com ocupação agrícola apenas 8% exerciam atividades melhor remuneradas, tais como serviços administrativos e analista de sistemas. Entre os demais (92%), as ocupações que predominaram foram as de baixa remuneração. E, dentre os 27% de produtores, supõe-se que são os casos das propriedades pouco capitalizadas ou que se destinam apenas à subsistência. Portanto é o predomínio das ocupações

não agrícolas de baixa remuneração, associada à condição das propriedades com produção não voltadas ao mercado que explicam, no caso de Campinas, a menor renda dos domicílios rurais pluriativos, e que pôde ser constatada desde 1980.

Dentre os 678 trabalhadores não agrícolas, quase 50% deles estavam empregados com os serviços, sendo que 32,5% desses exerciam serviços domésticos. Seguiam-se 21% de trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e de reparação e manutenção e 13% de serviços administrativos. Portanto, dentre os trabalhadores, os que exerciam ocupações não agrícolas, e que constituíam a grande maioria, predominaram as ocupações de baixa remuneração.

Outro elemento que com certeza vem contribuindo para manter a renda dos domicílios rurais agrícolas num patamar superior aos rurais pluriativos é a existência do conjunto de propriedades familiares agrícolas e produtivas, praticando agricultura moderna e voltada principalmente à fruticultura e à olericultura. Estão distribuídos principalmente nas regiões sudoeste (Fogueteiro e Friburgo), e sudeste (Pedra Branca, Saltinho, Descampado e Reforma Agrária) do município, em parte da Colônia Tozan e a Fazenda Monte D'Este, que mantém sua produção de café (Região Norte de Barão Geraldo).

Dentre os 2040 domicílios urbanos pluriativos, com 1099 trabalhadores ocupados com agropecuária, apesar da renda média do trabalho principal ter aumentado de 1991 para 2000, ela se manteve bem inferior à renda média máxima (6,5 S.M.) dos 1002 domicílios urbanos agrícolas com 2187 trabalhadores ocupados com agricultura, em 2000.

Neste caso são as ocupações dessa população que explicam os resultados encontrados. Dentre os trabalhadores residentes na cidade que obtiveram sua renda principal da atividade agropecuária predominaram os que exerciam ocupações melhor remuneradas. Assim, dentre os 67% considerados como trabalhadores agrícolas 23% eram produtores, 24% atuavam em atividades que exigem maior qualificação e somente 20% estavam no grupo de menor remuneração. Seguiam-se 16% de profissionais de nível superior como agrônomos, veterinários, gerentes e diretores empregados de indústrias e técnicos de nível médio. Somente 11% eram caseiros. Além disso, este universo correspondeu ao dobro dos

membros dos domicílios urbanos pluriativos que exerceram a agropecuária.

Dentre os trabalhadores agrícolas dos domicílios urbanos pluriativos 21% ocuparam-se com os serviços, atividade de baixa remuneração. Dentre os 47% da PEA (População Economicamente Ativa) agrícola dos domicílios pluriativos urbanos classificados nos trabalhos agrícolas, somente 11% eram produtores e 15% dedicaram-se às atividades agrícolas mais simples. O grupo de 24% de melhor qualificação, além de representar um universo bem menor em relação ao seu correspondente do grupo dos domicílios agrícolas, continha ocupações de qualificação inferior.

Portanto é a qualificação ocupacional que corresponde às maiores remunerações que responde pela superioridade da renda média dos domicílios urbanos agrícolas.

As condições de produtor e também proprietário da terra, gerente ou dirigente, estão tendo uma influência importante para a superioridade da renda média dos domicílios urbanos agrícolas sobre os demais. Embora apenas uma pesquisa específica para tal finalidade possa confirmar as razões exatas dos resultados encontrados, os elementos qualitativos ilustram e corroboram as possibilidades acima arroladas. No trabalho de campo e qualitativo, via entrevistas, foi possível constatar que algumas propriedades agropecuárias são modernas e intensivas em capital. Algumas são administradas pelo proprietário ou por funcionários de elevada qualificação.

Além das diferenças encontradas entre os três tipos dos domicílios rurais, obtidos através dos dados dos Censos Demográficos do IBGE, verificou-se com entrevistas qualitativas, outros aspectos dos arranjos domiciliares.

Constatou-se que, em todos os rurais do município, encontraram-se arranjos domiciliares bem diversificados. Eles são diferentes mesmo entre as três classificações adotadas. São influenciados por vários elementos tais como o ciclo vital de seus membros, a condição em relação à propriedade da terra, à escolaridade e à capacitação profissional das pessoas, o grau de integração ou os laços familiares dos moradores de certa área e questões pessoais, entre outros.

Tanto nas regiões de Anhumas, Pedra Branca, Fogueteiro-Friburgo e Norte de Barão Geraldo há casos de famílias que permanecem na terra e adotam diferentes arranjos domiciliares sem parcelar a propriedade.

Assim, numa mesma propriedade do Pedra Branca, duas famílias em que os homens tinham a mesma condição de herdeiros da terra, apresentaram arranjos bem diferentes. Uma das famílias era pluriativa e a outra agrícola. No primeiro caso o marido trabalhava numa indústria em Campinas, além de ajudar a mulher na agricultura quando isto se fazia necessário; os filhos estudavam e a mulher era responsável por uma área cultivada com olericultura. Segundo ela, era mais vantajoso ter um trabalho onde tinha autonomia, além de gostar de viver no rural, onde ela e o marido tinham nascido. Na família agrícola o marido cuidava da criação de porcos e era ajudado por um dos filhos que não gostava de estudar; os outros filhos estudavam e a mulher cuidava da casa. Na mesma propriedade, mas em outro domicílio, residiam também os pais idosos dos dois filhos homens e já não trabalhavam mais.

No Anhumas encontrou-se situação semelhante. Numa mesma propriedade, de 10 alqueires que faz limite com os muros do Alphaville, três irmãos continuam praticando agricultura e o mais novo montou um pesque-pague, com bar, há dez anos. Dos três domicílios de agricultores um é pluriativo, pois a esposa, de 41 anos e com maior escolaridade (cursou até a 7.^a série), é aposentada da Singer do Brasil, mas trabalha na escola Vereda, que se localiza nesta região. Todos os filhos em idade escolar freqüentam escolas dos bairros mais próximos. Utilizam ônibus urbano porque os estudantes do Anhumas não são atendidos pelo transporte escolar gratuito da Prefeitura. Os jovens divertem-se nos shopping centers e casas noturnas da cidade, para onde são levados e trazidos pelos pais, de madrugada, como fazem os pais da cidade.

No Fogueteiro, num sítio de 18 ha, descendentes de suíços permanecem numa mesma propriedade vivendo exclusivamente da agropecuária. Convivem três gerações. Num domicílio residem o casal de idosos, um dos filhos com a esposa e as crianças, e mais um irmão solteiro do proprietário. E mais dois outros filhos residem com suas famílias em domicílios separados. Outros dois filhos homens do casal de idosos deixaram a

propriedade para viver na cidade de Indaiatuba. As duas filhas casaram-se: uma foi para a cidade de Indaiatuba e a outra para Helvetia, e também vive no meio rural.

Na região Norte de Barão Geraldo, na Colônia Tozan, num sítio de 18 ha, parte da família permaneceu residindo na propriedade, mas alguns filhos, que moram na cidade, continuam ajudando nos trabalhos agrícolas. Moram neste sítio, numa casa de 14 cômodos, onde o casal criou os seis filhos, o casal de idosos e um filho adulto. É um domicílio pluriativo. O filho de 39 anos, solteiro, ajudado pela mãe de 70 anos, é responsável por um pesque-pague que tem sete tanques. Foram construídos em etapas, em área de brejo, com recursos obtidos pelos filhos, que por um tempo trabalharam no Japão. Todos têm curso universitário. Anexo aos tanques, funciona o restaurante self-service. Em dias de grande movimento chegam a atender cem pessoas que procedem de São Paulo, Campinas e região. O marido, japonês de 78 anos, mantém a produção agrícola, com goiaba e limão. O filho, que tem escritório de advocacia na cidade, nos fins de semana vem para o sítio ajudar o pai.

Nos casos acima relatados verificaram-se arranjos domiciliares onde, sem parcelar a propriedade, alternativas diferentes coexistem. Apenas um deles manteve-se como propriedade exclusivamente agrícola, mas não é uma exceção.

Em todos os arranjos domésticos pluriativos também se observam diferenças. Ora é a mulher que sai da propriedade e trabalha, no próprio meio rural, em atividades não agrícola. Ora é o homem que busca a cidade para trabalhar na indústria. Às vezes a atividade não agrícola é praticada dentro da propriedade. O ponto comum é que todos são proprietários das terras, residem em moradias bem conservadas e com conforto. Todos têm carro. Os arranjos acima relatados, presentes nas alternativas de não parcelamento da propriedade, foram adotados por descendentes de várias etnias: japoneses, italianos e suíços, e em diferentes etapas de seu ciclo vital.

Grande parte dos entrevistados diz residir no rural porque gosta da vida do campo, porque aí vive desde que nasceu e outros porque se acostumaram. Mas muitos, ao se referirem à aproximação da urbanização através dos bairros residenciais, afirmam que se tiverem que deixar suas

terras irão em busca de outra, em lugar mais distante. Fica claro que se puderem escolher, permanecerão no campo.

Muitos arranjos também não se relacionam à questão da propriedade da terra e acontecem nos domicílios de empregados, alguns de propriedades voltadas para a agricultura, mas também entre as não agrícolas. Na APA, na Indústria Agrícola Tozan, dos 36 funcionários, 9 residem com suas famílias na propriedade. Todos os chefes são homens, empregados da indústria e todas as esposas trabalham apenas em suas próprias casas. A exceção é de um casal jovem, em que a mulher é há 13 anos auxiliar de escritório, mas há 6 anos reside em casa da indústria com o marido. Ele é auxiliar de produção, há 12 anos. Ela é filha de proprietários rurais do núcleo Carlos Gomes e ele veio do Paraná, com a família, para trabalhar em chácara do mesmo núcleo. Ela gosta de morar neste local, ambos tem colegial completo e uma renda mensal de oito salários mínimos e plano de saúde BRADESCO, obtido através da indústria. Os outros 27 funcionários residem ou no núcleo Carlos Gomes ou em Jaguariúna. Todos são transportados por kombis da empresa. Esta situação ilustra o fluxo intermunicipal de trabalhadores que vem de centros urbanos vizinhos para trabalhar no meio rural de Campinas.

Em Anhumas, encontrou-se um arranjo de domicílio pluriativo que mostra o fluxo inverso. Isto é, do rural de Campinas para o rural do município vizinho: Paulínia. O marido nascido na propriedade tem 40 anos de idade, colegial completo e trabalha junto com o sócio, em Paulínia. Dedicam-se à produção de verduras e leguminosas em estufa. Desloca-se diariamente. A esposa, criada na cidade de Campinas, trabalha com vendas e ajuda a cuidar do pesque-pague, que iniciaram há cinco anos. A filha, de 12 anos, estuda em escola pública do Cambuí, na 6ª série. Moram ainda nesta propriedade os pais da esposa, aposentados, que ela trouxe da cidade. Os pais do marido com mais de sessenta anos, são os proprietários do sítio. Residem em outro domicílio, junto com uma filha adulta que apresenta limitações e não tem vida independente. Neste sítio ainda produzem milho, em parceria com parente agricultor e vizinho. É um dos casos que também demonstra a presença dos laços familiares nas atividades produtivas no rural.

Ainda no Anhumas, no loteamento Mansões Dom Bosco, em propriedades de 2 ha, há casos de arranjos não agrícolas e o sítio é apenas local de residência. Dentre esses, pode-se citar o caso em que o marido e a mulher são profissionais de nível superior e trabalham na cidade. Os filhos, ainda crianças, estudam em escola particular localizada nesta região.

Num sítio localizado na APA, em Joaquim Egídio, um casal jovem, que veio do bairro Taquaral da cidade de Campinas, desde setembro de 2003 montou um restaurante. Todos os domingos servem café da manhã e aos sábados oferecem “almoço típico caipira”. Em seu folheto de divulgação explicam que o almoço é “inteiramente preparado por uma família que resolveu trocar a loucura da cidade grande por uma vida mais saudável e natural”.

Num outro arranjo não agrícola, identificado na Fazenda Monte D’Este, um casal jovem reside e trabalha no rural. Mas é a mulher que, com seu emprego nesta fazenda, garante a residência de ambos. O esposo trabalha numa padaria, na Colônia Tozan.

Verifica-se assim casos de domicílios não agrícolas diferenciados, onde alguns são proprietários e outros apenas empregados; noutros, todos residem e trabalham no rural. Outros ainda se deslocam diariamente, entre a cidade e o campo, pois a propriedade é apenas local de residência.

Há ainda os casos de domicílios pluriativos em que todos trabalham no rural. Num sítio localizado na APA, em Joaquim Egídio, reside uma família de empregados. Vivem numa casa confortável cedida pelo proprietário e onde o marido, de 52 anos, é empregado para cuidar da propriedade. A mulher, de 47 anos e analfabeta, é empregada doméstica no local conhecido como Santa Maria, onde o filho de 20 anos também trabalha em serviços gerais e é também tratorista. A mãe vai de carona, na moto do filho. A filha mais nova, com doze anos, está na 5.^a série, que cursa no centro urbano de Joaquim Egídio. A família obtém uma renda mensal de pouco mais de três salários mínimos.

Numa outra situação pluriativa o casal, com curso superior, reside em sua propriedade, na APA, e vem se dedicando a horticultura orgânica. O marido cuida da atividade agrícola e a mulher é funcionária pública.

Caso bem distinto, dentre os pluriativos, é o de um casal de aposentados, residentes no Pedra Branca. O proprietário, um dos herdeiros da

fazenda que deu origem a essa região, há quatro anos voltou para viver no sítio. Cultiva diversas variedades de banana: marmelo, prata, maçã e nani-ca. Tem ainda uma área menor com limão e olerícolas. Sua esposa, professora aposentada do curso colegial, resolveu iniciar uma agroindústria para produzir bananas desidratadas. Tem procurado apoio junto ao Instituto Tecnológico de Alimentos (ITAL) para orientação técnica e já iniciou, num barracão anexo à sua casa, a agroindústria. O diferenciado nível socioeconômico do casal lhes favorece tanto para contatos de assistência técnica como também para a comercialização de seu produto. Percebe-se também que apesar de estarem fazendo investimentos no empreendimento, não dependem dessa atividade para viver.

Ainda dentre os domicílios pluriativos este caracteriza-se pelo fato do marido e a esposa serem empregados e ela é que se desloca para a cidade. Residem num haras da Colônia Tozan, em domicílio cedido, onde ele é empregado como "tratador de cavalos". A esposa é empregada doméstica da proprietária do haras, na cidade de Campinas. Desloca-se diariamente, em ônibus de linha regular, que passa na estrada. O casal possui três filhos, entre 9 e 15 anos, que estudam numa escola pública do bairro Village. A filha mais velha também cuida da casa.

Neste outro domicílio pluriativo, localizado na região norte de Barão Geraldo, na Fazenda Monte D'Este, o marido, de 28 anos, é técnico agrícola e empregado da Fazenda há dez anos. Sempre viveu no rural e veio do interior do estado de São Paulo. Sua esposa, de 35 anos e com segundo grau completo, já morou antes na cidade. Veio morar no rural quando casou. Ela é analista de recursos humanos numa indústria química de Paulínia. Desloca-se diariamente, em carro próprio. O casal tem dois filhos ainda crianças. A renda domiciliar do casal é de oito salários mínimos e não pagam aluguel pela residência.

Em ambos os casos são as mulheres que deixam a propriedade. Mas a primeira faz parte do fluxo intramunicipal rural/urbano. A segunda ao fluxo intermunicipal rural/urbano. Encontrou-se também dois casos de mulheres adultas, que residiam sozinhas; e exerciam cargos importantes nas fazendas onde trabalhavam. Muitos outros casos poderiam ser enumerados, mas o essencial já foi exposto.

Nos três tipos de domicílios rurais, pôde-se verificar as mais variadas formas que estas famílias adotam para acompanhar as transformações do rural contemporâneo para garantir a sua reprodução social. Seja nos casos em que os arranjos acontecem nas propriedades que se estruturaram sem parcelá-las, seja nos casos onde esta questão não se coloca, as situações são as mais variadas. Foi possível também conhecer casos de famílias em diferentes momentos de seu ciclo vital, e com inúmeras opções, em relação à sua condição de trabalho e emprego. Revelou-se também a interdependência do rural/urbano, os diferentes fluxos de seus trabalhadores, bem como a participação das mulheres neste fluxo. Constatou-se ainda que a quase totalidade dos entrevistados está satisfeita com seu local de residência e a escolha de viver no campo.

Resta saber se a capacidade de adaptação dos residentes rurais às mudanças recentes contribuirá para uma nova estruturação da vida rural, ou estará sendo apenas uma causa perdida que será anulada por uma inexorável urbanização. Ou olhando de outra forma: “Resta saber se esta abertura dará lugar a laços construtivos e interativos ou se levará à desagregação do tecido social existente no meio rural” (Camarano e Abramovay 1999:19).

Bibliografia

- Abramovay, Ricardo; I. Sachs (1995) “Habitat: a contribuição do mundo rural”. *São em Perspectiva*, Vol. 9, No. 3, p.11-16.
- Camarano, Ana Amélia; R. Abramovay (1999) *xodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Textos para Discussão, No. 621, 1999. <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0621.pdf> (03-03-06).
- Champion, Tony, G. Hugo (2004) *New forms of urbanization: beyond the urban-rural dichotomy*. Itália, IUSSP.
- Dowbor, Ladislau (1995) “Da Globalização ao Poder Local: a nova hierarquia dos espaços”. *São Paulo em Perspectiva*, Vol. 9, No. 3. São Paulo.

- Graziano Da Silva, José (1999) *O novo rural brasileiro*. Campinas, IE/UNICAMP.
- Graziano Da Silva, José (2000) “Reestruturação produtiva e requisitos para a formação profissional no Estado de São Paulo”. *Sensor Rural*. São Paulo, Fundação SEADE.
- Graziano Da Silva, José et al. (2000) *O fim do êxodo rural?: projeto urbano*. Campinas, IE/UNICAMP.
- Kageyama, Angela (2004) “Ocupação e renda nos domicílios rurais e agrícolas do Estado de São Paulo: efeitos da urbanização”. *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 14. Caxambu. Anais... Campinas, ABEP. (CD-ROM).
- Kageyama, Angela (1998) “Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos”. *Economia Aplicada*, Vol. 2, No. 3, jul/set. São Paulo, p.515-551.
- Kageyama, Angela (jul./dez.2004) “Mudanças no trabalho rural no Brasil, 1992-2002”. *Agricultura em São Paulo*, Vol. 5, No. 2, jul/dez. São Paulo, p.71-84.
- Marsden, T. (1995) “Beyond Agriculture?: Regulating the New Rural Spaces”. *Journal of Rural Studies*, Vol. 11, No. 3. Great Britain, p.285-296.
- NEA/IE/Unicamp. Projeto RURBANO. <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurubano/rurbanw.html> (17-02-06).
- Pinto, Luzia A. Conejo G. (2006) *Campinas e seus rurais*. 257f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, Universidade Estadual de Campinas.